

## **Partido Socialista dos Trabalhadores – Unificado**

### **Programa para as Eleições Municipais de 2024**

#### **São Paulo – SP**

##### **Introdução**

1. Tirar dinheiro e poder dos bilionários capitalistas para o povo trabalhador ter vez
2. Povo trabalhador no poder
3. Contra as alternativas que governarão para os grandes capitalistas, apresentar candidaturas de oposição de esquerda, socialista e com independência de classe
4. Colocar o orçamento municipal sob controle democrático dos trabalhadores
5. Reestatizar os serviços públicos sob controle dos trabalhadores
6. Saúde não é mercadoria
7. Educação
8. Guerra racista não é segurança pública
9. Transporte e mobilidade urbana
10. Habitação, direito à cidade e acessibilidade
11. Emprego e renda
12. Contra todas as formas de opressões
13. Na cidade dos bilionários, até os problemas ambientais são desiguais
14. Juventude
15. Internacional
16. Contra a barbárie capitalista, por uma alternativa revolucionária e socialista

##### **Introdução**

São Paulo é uma cidade cheia de desigualdades e profundos problemas sociais, urbanas e ambientais. Poucos bilionários ficam com a maior parte da riqueza produzida por milhões de trabalhadores e têm uma vida de luxo. Para a gente, falta médico e remédio, tem enchente quando chove, os empregos são precários, o transporte é caro e lotado, falta vaga em creche, vivemos no fogo cruzado entre os capitalistas do crime e uma polícia racista.

Segundo o Mapa da Desigualdade de São Paulo de 2023, em bairros como Perdizes e Jardim Paulista o número de domicílios situados em região de favela corresponde a 0%, enquanto em bairros como Vila Andrade, onde fica a favela de Paraisópolis, esse número chega a 35,35% e na Brasilândia, 24,71%. O coeficiente de mortalidade infantil para cada mil crianças de 0 a 1 ano é de 1,1 em Perdizes e 24,6 em Marsilac.

Talvez a principal expressão do tamanho dessa desigualdade (e a mais cruel) se reflita no fato de que a expectativa de vida de uma pessoa no Itaim Bibi seja de 82 anos (o mesmo no Canadá), enquanto em Anhanguera essa expectativa é de 59 anos (o mesmo na Gâmbia), uma diferença de 23 anos de expectativa de vida dentro de uma mesma cidade.

Para resolver as suas crises, os bilionários capitalistas sempre adotam como receita roubar direitos de quem ainda tem, convencer quem nunca teve a se virar sozinho “empreendendo” e, aos jovens trabalhadores,

oferecer a perspectiva de uma vida pior que a de seus pais. Não é à toa que cresce a violência contra as mulheres, LBGTI+, negros, indígenas, crianças, adolescentes e imigrantes.

Enquanto exigem menos Estado, os poderosos assaltam os cofres públicos para desviar recursos da população para os bancos e outras empresas privadas. E não estamos falando só da corrupção, mas principalmente dos “arcabouços fiscais”, como o de Lula no Brasil, usados para cortar recursos das áreas sociais e ambientais para pagar dívidas públicas fraudulentas.

Ondas de calor, enchentes, aumento do nível do mar, penalizam sobretudo as populações trabalhadoras não-brancas e mostram que o problema ambiental não é da natureza, mas dessa sociedade irracional que põe o lucro acima de todas as formas de vida.

A democracia dos ricos se torna crescentemente autoritária para calar a boca de quem protesta. Uma expressão disso são as eleições: por um lado, estão dominadas pelo poder econômico e, por outro, têm regras cada vez mais restritivas a partidos de trabalhadores com propostas de mudanças estruturais como o PSTU. Outra face disso são as políticas de “segurança pública” que no mundo todo criminalizam imigrantes, pobres, jovens negros, populações tradicionais.

É nesse solo que a extrema-direita cresce, se apresentando falsamente como “antissistema”, e a esquerda tradicional se torna ainda mais defensora da ordem do capital. Enquanto figuras como Trump e Bolsonaro vomitam sua política antipopular e governam para a minoria rica, políticos como Biden e Lula se apresentam como salvadores de uma democracia que sempre foi moldada pelas necessidades da burguesia. Isso não significa dizer que sejam iguais, mas sem dúvida são diferentes soluções da crise para a *mesma* classe burguesa.

Por isso, para nós do PSTU, as eleições de outubro são o momento de debater projeto de sociedade. Há diferentes candidaturas, mas somente nosso partido não se propõe a administrar a desigualdade social, racial e de gênero em seus diversos níveis.

Hoje a capital é cada vez menos um centro produtivo. Segundo o Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE), entre 2002 e 2022 houve uma queda de 16,69% no número de empregos na indústria em geral. São Paulo é o maior símbolo de um país que desce a ladeira.

A capital sedia grandes empresas que gerenciam e encaminham mercadorias de todo tipo para fora do país. É também o coração das atividades econômicas e financeiras do país. Abriga a maior concentração de bancos, corretoras de valores, seguradoras, e outras instituições financeiras do Brasil. Em resumo, São Paulo se tornou um grande balcão de negócios.

Tendo em vista essas características, é muito concreto que esta cidade construída pelo povo trabalhador é moldada pelas necessidades de um punhado de bilionários. Em sua maioria, essa gente branca e rica nem sequer vive no país e, portanto, não faz ideia do que é a vida real da gente, classe trabalhadora. Os que moram, se fecham em condomínios privados, com segurança paga, atropelam trabalhadores com seus Porches e confiam na impunidade garantida por uma “Justiça” que é cega somente para os que têm muito dinheiro.

Por tudo isso, nas eleições da maior metrópole da América Latina, o PSTU fará uma campanha para debater as grandes questões que preocupam o povo trabalhador. E com ousadia levantaremos a bandeira do socialismo e da revolução. Como faremos isso? É do que vamos tratar nas próximas seções.

### **1. Tirar dinheiro e poder dos bilionários capitalistas para o povo trabalhador ter vez**

O governo do PSTU tem lado. Não adotamos o discurso de que governaremos “para todos” pela simples razão de que isso é impossível. Eleição após eleição os candidatos dos ricos se revezam no poder fazendo acenos ao povo trabalhador, mas atendendo aos interesses dos bilionários capitalistas.

Para Altino, *“Não dá pra agradar a dois senhores. Nessa sociedade dividida em classes é preciso fazer escolhas. Nunes representa a classe dos capitalistas. Boulos, ainda que diferente deste, fez a escolha de governar com e para essa mesma classe. Não nos resta outra opção que não seja nos apresentar como uma alternativa pros*

*trabalhadores com um programa que enfrente os super-ricos e pare a sanha privatista e anti-povo que estão aplicando em nossa cidade”.*

Costuma-se dizer que São Paulo é uma cidade rica, mas que é mal administrada. Ela de fato é rica e de fato é mal administrada. Mas grandes problemas sociais de uma metrópole tão desigual não são causados apenas por isso. Na verdade, isso é uma parte muito pequena do problema. O grande problema é que a riqueza produzida por milhões de trabalhadores é apropriada por um pequeno punhado de bilionários que vivem muito bem (muitas vezes fora do Brasil) enquanto sobra muito pouco para destinar aos gastos com a população.

Para ilustrar o que queremos dizer, podemos usar os dados levantados por um estudo recente do ILAESE. Se tomarmos a maior empresa com sede em São Paulo, a JBS, por exemplo, perceberemos que é gritante a discrepância entre o quanto da riqueza produzida fica com poucos capitalistas e quanto é destinado para atender a milhões de trabalhadores. Os dados de 2021 demonstram que enquanto toda arrecadação da prefeitura de São Paulo somou R\$ 76 bilhões, a receita bruta da JBS foi de R\$ 354 bilhões naquele ano, 353% superior a toda a arrecadação da prefeitura de São Paulo (que é o que financia os serviços públicos para atender o povo trabalhador). Essa fortuna se converte em enriquecimento para grandes investidores que se apropriam da riqueza produzida pelos trabalhadores e vivem uma vida de luxo.

Todos os maiores bancos privados do país têm sede na capital. A riqueza de apenas 4 pessoas, entre os maiores banqueiros que possuem sede na cidade (Vick Safra, do Banco Safra; Fernando Roberto Moreira Salles, do Itaú-Unibanco; Pedro Moreira Salles, do Itaú-Unibanco; e André Esteves, do BTG-Pactual) é superior ao orçamento da capital, em 2024, em cerca de R\$ 100 bilhões.

O grande problema é que no capitalismo os donos do dinheiro constroem sua riqueza com exploração dos trabalhadores. Aquilo que é produzido coletivamente por milhões de trabalhadores pobres, fica com um punhado de capitalistas super-ricos. Não é possível acabar com as profundas desigualdades sociais e garantir serviços públicos de qualidade para o povo trabalhador sem tirar dinheiro e poder desses capitalistas.

Por isso dizemos que nosso governo não é para todos. Mas diferente de todos os governos até aqui e dos nossos adversários nestas eleições, propomos fazer uma prefeitura para a ampla maioria. Não temos nenhum compromisso com os bilionários. Nosso compromisso é com o povo trabalhador da cidade de São Paulo e para eles iremos governar.

## **2. Povo trabalhador no poder**

Hoje, os donos das fábricas, dos bancos, das construtoras, dos supermercados são os donos das cidades e do poder. Nós queremos a cidade nas mãos do povo trabalhador.

Acreditamos que o poder deve pertencer efetivamente aos trabalhadores e ao povo das periferias, que são a grande maioria da população. São os trabalhadores e trabalhadoras que devem decidir os rumos da política todo dia, não apenas serem chamados a elegerem em um jogo de cartas marcadas políticos que depois fazem o que bem entendem por quatro anos e sem nenhum controle.

A cidade deve ser controlada por assembleias populares organizadas nos bairros, na periferia, nos locais de trabalho, na educação, na saúde. Que seja o povo a decidir sobre o que fazer com 100% do dinheiro do orçamento público e vigiar sua aplicação.

A Câmara deve se submeter às assembleias populares. As casas legislativas são hoje um balcão de negócios da burguesia. Somos bombardeados com notícias de favorecimento de parlamentares para aprovar projetos contra o povo. A aprovação pelos vereadores a mando de Nunes do Sampaprev, projeto apresentado por Fernando Haddad (PT) duas vezes quando foi prefeito, aconteceu a portas fechadas enquanto do lado de fora professores e servidores públicos eram agredidos. Se pegarmos os exemplos da aprovação do projeto de privatização da Sabesp e das Escolas Cívico-Militares de Tarcísio na ALESP, é o povo apanhando e sendo preso para que parlamentares aprovarem projetos que beneficiam os capitalistas. Essas instituições não atendem aos interesses do povo trabalhador.

As consultas populares que a Câmara é obrigada a fazer não possuem poder deliberativo. É comum saber de projetos sobre os quais são realizadas consultas através de audiências públicas em que o objetivo não é consultar de verdade o povo. Projetos que privatizam e atacam direitos e que são rejeitados pela maioria da população são aprovados sem nenhum pudor na Câmara apesar do cumprimento desse rito legal. Nós queremos ouvir para valer os trabalhadores e o povo pobre de São Paulo. Deve existir debate público, encontros e assembleias nos bairros e regiões de toda cidade que definam o que fazer na cidade.

As subprefeituras em nosso mandato serão um canal de administração, manutenção e zeladoria das regiões com mandatos eleitos nos bairros. Repudiamos a troca de cargos e a utilização do aparato da prefeitura como cabide emprego e troca de favores.

Defendemos que todos os políticos devem ter mandatos revogáveis e que nenhum político pode ter salário maior que o de uma professora. Em nosso mandato apresentaremos um projeto para acabar com a regalia dos políticos e equiparar o salário de prefeitos e vereadores ao de uma professora do município.

Nosso mandato será um ponto de apoio para as lutas e a organização da classe trabalhadora, dos trabalhadores, da juventude e do povo pobre, dos bairros populares, da periferia. Tanto para enfrentar os grandes capitalistas, quanto para nos opor aos ataques dos governos Lula e Tarcísio. Estaremos ao lado dos trabalhadores em sua resistência contra as privatizações, em defesa dos direitos, de salários dignos, de casa pra morar, contra a carestia, contra a violência policial, as opressões machista, racista, LGBTIfóbica, xenofóbica e onde mais a nossa classe precisar lutar e resistir.

### **3. Contra as alternativas que governarão para os grandes capitalistas, apresentamos candidaturas de oposição de esquerda, socialista e com independência de classe**

A disputa já está em curso. Muitos partidos formalizaram suas candidaturas. O que eles têm em comum são os interesses de classe que defendem.

A ultradireita, representada pela candidatura à reeleição de Ricardo Nunes e pelo *coach* picareta Pablo Marçal, sustenta um projeto de país que além de ultraliberal ameaça as poucas liberdades democráticas que temos. O atual prefeito Ricardo Nunes (MDB) é o candidato do golpista Bolsonaro e do genocida Tarcísio. Junto com o governador, está desmontando o estado e a capital para atender aos interesses dos grandes empresários, realizam privatizações, cortando verbas públicas, precarizando educação e saúde, atacam funcionários públicos e setores oprimidos e aumentam a violência de Estado contra movimentos sociais e contra a juventude negra da periferia.

O PSTU foi parte dos principais movimentos contra os ataques desses governos. Lutamos contra a aprovação do Sampaprev que retirava direitos dos servidores; ao lado dos professores contra os ataques do governo municipal e estadual; contra as privatizações, ao ponto que o próprio Altino foi um dos metroviários demitidos pelo governo Tarcísio em função da resistência contra a privatização; nos posicionamos contra os ataques aos direitos das mulheres ao aborto legal pela prefeitura de Ricardo Nunes.

É preciso derrotar Nunes e Tarcísio e enfrentar a direita bolsonarista. Mas isso não será feito em aliança com a burguesia como propõe Boulos, o PSOL e o PT.

A autointitulada “frente democrática”, encabeçada por Boulos, não pode responder a esses ataques e nem atender as necessidades da população trabalhadora paulistana porque fez a opção de governar em parceria com os capitalistas. Boulos opta por ter Marta Suplicy como vice, pela aliança com partidos burgueses e pela adoção de um programa que, cada vez mais, revela a opção de se tornar aceitável para a burguesia e governar em parceria com ela. Não deixa dúvida que seu projeto não é fazer um governo que enfrente grandes empresários para atender os interesses do povo pobre.

Essa mesma opção foi feita por Lula e o PT no Governo Federal, do qual Boulos e o PSOL são base, e em um ano já vimos ataques do nível do Arcabouço Fiscal, o ataque à greve dos servidores da educação e a capitulação ao Centrão em nome da governabilidade, expressa em questões como a manutenção dos acordos com Israel e a utilização de projetos como o Marco Temporal e o “PL do Estuprador” como moedas de troca para passar

medidas econômicas. Por isso, somos oposição de esquerda ao governo de Lula e não apoiamos o projeto semelhante ao dele defendido por Boulos. Ao mesmo tempo, o exemplo petista que, no poder, capitula e ajudar a fortalecer a extrema direita no Congresso e inclusive em seus ministérios, demonstra que é enganoso o discurso de que é necessário fazer concessões e construir uma frente ampla com os partidos burgueses para impedir o avanço da ultradireita.

Tampouco é possível resolver os profundos problemas sociais da cidade de São Paulo com candidaturas encabeçadas por figuras mais ao “centro” como Datena, que fez carreira transformando a guerra aos pobres em show de televisão ou Tábata Amaral, que votou a favor da reforma que roubou as aposentadorias no Governo Temer em 2019. Eles defendem exatamente a mesma classe social para quem pretendem governar Nunes e Boulos. Todos manterão o mesmo modelo de governar que só resultou, até hoje, em pobreza e desigualdade.

É para apresentar um projeto alternativo que o PSTU lança Altino Prazeres como candidato à Prefeitura, tendo Silvana Garcia como vice e à Câmara de Vereadores a Prof. Flavia, a candidatura coletiva Romper o Poder, de Mandi e Gabs e o professor Lucas.

#### **4. Colocar o orçamento municipal sob controle democrático dos trabalhadores**

Diferentemente da maioria dos municípios brasileiros, São Paulo tem uma situação fiscal privilegiada. Considerando o período de 2013 a 2021, apenas em um ano a arrecadação não cresceu e a receita total sempre variou acima da inflação. Isso significa que não falta dinheiro para a Prefeitura. Em 2024, particularmente, a prefeitura aprovou um orçamento recorde que está sendo usado por Nunes para encher a cidade de obras e se projetar para ganhar a eleição.

Essa constatação, no entanto, parece contraditória com a realidade dos serviços públicos. Se dinheiro tem, por que os serviços públicos raramente atendem nossas necessidades? A resposta tem a ver com as prioridades e a serviço de quem está o Estado brasileiro em todos os seus níveis, incluindo a gestão municipal.

No nosso país existem vários mecanismos que desviam recursos nossos para o bolso dos bilionários e capitalistas em geral. E não estamos falando da corrupção, que faz isso ilegalmente. Existem meios para fazer isso pode dentro da lei! O Lula mesmo, que se diz do povo, criou mais um para chamar de seu: o Arcabouço Fiscal.

Não satisfeitos em se apropriarem da maior parte da riqueza produzida pelos trabalhadores paulistanos através do lucro privado, também o orçamento público está a serviço do enriquecimento de um punhado de grandes empresários.

No caso das finanças do município, destacamos um mecanismo utilizado para isso: a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ela limita os gastos com pessoal nos serviços públicos. Sabe quando tem poucos funcionários para atender a população? Ou quando o atendimento passa longe do que gostaríamos? A culpa é dos servidores públicos, certo? Errado.

A responsabilidade principal é dos governantes. Não fazem concurso público, preferindo contratar empresas terceirizadas que ainda por cima pagam baixíssimos salários para seus funcionários. Assim é o capitalismo: o de cima sobe e o de baixo desce.

Segundo o Ilaese (2024), entre 2019 e 2023, “houve retração em todos os setores mais significativos, em termos orçamentários, de atendimento à população, como saúde, educação, cultura e transportes”.

Caso sejamos vitoriosos em outubro, vamos de imediato utilizar todo o espaço hoje existente no orçamento para promover melhorias para o povo. Só em 2023, poderiam ter sido utilizados sem infringir a lei cerca de R\$ 17,6 bilhões.

E não pararemos aí: nossos mandatos exigirão do Governo Federal a anulação da LRF para liberar ainda mais recursos para as áreas sociais. Defendemos a revogação de todos os “tetos” que limitam investimentos necessários. A classe trabalhadora precisa de uma Lei de Responsabilidade Social.

Vamos também mudar radicalmente a maneira antidemocrática com que é elaborada a Lei Orçamentária Anual (LOA), que estabelece as despesas de cada ano com base na previsão das receitas. As prioridades não serão definidas pelo Poder Executivo e aprovadas ou não pelo Legislativo, como atualmente.

Será nas assembleias populares dos bairros que vamos definir a destinação dos recursos. Essa é uma medida justíssima visto que o grosso da arrecadação municipal sai do nosso bolso. De acordo com o Ilaese (2024), “o ISS é o principal imposto municipal e o ICMS o principal imposto sobre a transferência. Juntos eles correspondem a cerca de R\$38,27 bilhões e, desse modo, recaem sobre a classe trabalhadora de forma indireta o financiamento dos gastos do município”. No caso dos impostos sobre a propriedade “o IPVA e o IPTU somam juntos R\$19,3 bilhões, que também recaem majoritariamente sobre os trabalhadores que possuem veículo automotor e residências próprias”.

É a partir do que for definido nas bases que nosso governo encaminhará a Proposta Orçamentária à Câmara de Vereadores. Esperamos que os parlamentares escutem as ruas. Se isso não acontecer, usaremos todos os meios necessários para pressionar pela aprovação da Lei Orçamentária Anual dos Trabalhadores e Trabalhadoras.

### **Algumas de nossas propostas**

- Contra a Lei de Responsabilidade Fiscal que impede investimentos em serviços públicos e por uma Lei de Responsabilidade Social que faça os super ricos pagarem pelos gastos sociais. Abaixo o Arcabouço Fiscal de Lula.
- Impostos para quem vive no luxo e isenção para os trabalhadores. Aumentar os impostos sobre imóveis e veículos de luxo, cobrar os milionários devedores, como bancos e grandes empresários e isentar os mais pobres e desempregados.
- Criar a Lei Orçamentária Anual dos Trabalhadores e Trabalhadoras.
- Fim das isenções fiscais para as grandes empresas

### **5. Reestatizar os serviços públicos sob controle dos trabalhadores**

Outro mecanismo utilizado para transferir uma grande parcela do orçamento público para o bolso de grandes empresários são as privatizações e a terceirização dos serviços públicos. Só em 2023 a prefeitura de São Paulo gastou mais de R\$ 13 bilhões com pagamento de empresas privadas que prestam serviços privados, muitas vezes de qualidade bem duvidosa.

Educação, saúde e transporte são setores essenciais para a população e cada dia mais os governos transferem os recursos que deveriam ser usados para melhorar a qualidade do serviço prestado para enriquecer seus amigos empresários. Para se ter uma ideia da dimensão disso, segundo o Ilaese (2024) 83,9% das crianças matriculadas em creches na cidade de São Paulo já estão em serviços terceirizados.

Ricardo Nunes é defensor de um município entregue às grandes empresas. Por isso, realiza parcerias público-privadas baseado na Lei das PPPs do primeiro governo Lula, e apoia medidas como a privatização da Sabesp, que será desastrosa para a população da nossa cidade, particularmente para as periferias. Em nosso mandato iremos parar todas as privatizações e reestatizar serviços públicos privatizados.

Vamos reverter a adesão da prefeitura de São Paulo à privatização da Sabesp, colocar a prefeitura a serviço da luta contra a privatização do Metrô e da CPTM e exigir a reestatização da Enel. Cancelaremos os contratos de concessão de todos os serviços de saúde, educação, creches, do serviço funerário e assumiremos pela prefeitura a administração pública, nos apoiando nas comunidades e assembleias populares para melhorar a qualidade dos serviços prestados. Também defendemos a reestatização de todo o sistema de transporte do município, até para coibir escândalos como a administração de organizações criminosas sobre os serviços, provocadas pela privatização.

É preciso inverter a lógica. Em nossa prefeitura o orçamento do município vai deixar de servir aos interesses dos capitalistas e passar a servir aos interesses do povo trabalhador.

### **Algumas de nossas propostas**

- Abaixo à privatização da Sabesp. Revogar imediatamente a adesão da prefeitura à privatização do saneamento.
- Municipalizar as empresas de ônibus.
- Junto aos sindicatos de metroviários e ferroviários, promover uma grande campanha popular pela reestatização do Metrô e da CPTM. Nossa prefeitura está a serviço de uma luta pela estatização da Enel.
- Contra a privatização das casas de cultura parques e espaços públicos. Reverter a privatização do serviço funerário de São Paulo.

### **6. Saúde não é mercadoria**

A cidade de São Paulo tem alguns dos serviços mais avançados da América Latina em relação a tratamento de saúde. Porém, eles não são acessíveis à maioria da população. A demonstração dessa desigualdade é a fila de espera para realizar exames no serviço público, que aumentou 52% entre 2022 e 2023, de acordo com levantamento do Bom Dia São Paulo.

Também faltam equipamentos de saúde pública nas regiões da periferia, principalmente nos extremos das zonas leste e sul. De acordo com dados da própria prefeitura, somando a população coberta pelas equipes de saúde da família com as cobertas pelas unidades básicas de saúde tradicionais, a cobertura chega a apenas 66,5% da população.

A realidade de muitos planos privados de saúde também é a extrema dificuldade para marcar consultas com especialistas. Os profissionais são mal pagos e exames e procedimentos que não compensam, do ponto de vista do lucro, “o convênio não cobre”.

A mortalidade infantil em SP é outro indicador de profunda desigualdade entre as regiões da cidade e conseqüentemente entre classes sociais e raças. O índice da cidade é de 10,88 mortes por cada mil nascidos vivos. No distrito de Perdizes a mortalidade infantil é baixíssima, perto de zero, já no Marsilac, extremo da zona sul, é de absurdos 30,93.

Existe uma carência gritante de psiquiatras, psicólogos e técnicos nos serviços públicos de saúde mental. Muitos pacientes que poderiam ser tratados com psicoterapia não conseguem vaga e acabam sendo induzidos a usar calmantes, que não seriam necessários se encontrassem outra forma de tratamento.

Esta situação calamitosa não se explica só pela falta de recursos. O que há é um amplo processo de transformação da Saúde em mercadoria, que se expressa no subfinanciamento em todos os níveis de governo e uma opção política pela privatização.

### **As principais vítimas do caos na saúde**

Os indicadores de saúde mostram de maneira nítida que existe um corte de raça e de classe, que diferencia os pobres dos ricos e os negros dos brancos. A diferença de expectativa de vida ao nascer pode chegar a 14 anos entre os distritos da capital, segundo estudo divulgado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos da Prefeitura.

Já a idade média ao morrer mostra de forma cristalina a intersecção entre classe social, local de moradia e mortalidade. A título de exemplo, no rico Itaim Bibi a média de idade ao morrer é de 82 anos. Já entre os moradores de Anhanguera ela é de até 23 anos a menos, de acordo com o Mapa da Desigualdade. Não por acaso, no Itaim 50,3% das pessoas se declaram pretas e pardas, enquanto no Anhanguera este dado cai a 8,3%.

Nas periferias da cidade a grande maioria da população que acessa os serviços de saúde são mulheres jovens e crianças, em sua grande maioria negros. Para as LGBT+ existem pouquíssimos serviços especializados no

cuidado de suas demandas específicas de saúde e nos serviços convencionais não existe preparo dos trabalhadores de saúde para atender suas especificidades. As travestis e transexuais, em particular, dificilmente usam os serviços públicos de saúde, porque além da falta de preparo dos trabalhadores de saúde para atendimento adequado a esta população, estas sofrem grande discriminação quando tentam usar o SUS, não tendo respeitado o que já é um direito delas que é o uso do “nome social” em todos os documentos expedidos nos serviços e em todas as unidades da cidade de São Paulo.

No caso das pessoas que gestam e crianças, o aborto legal é garantido por lei sob certas condições. No entanto, este procedimento está sendo boicotada pela atual administração municipal, como prova o fechamento do serviço no Hospital da Vila Nova Cachoeirinha.

### **Recursos não faltam. Mas eles têm que parar de encher o bolso dos ricos**

O município de São Paulo tem tido um crescimento significativo de sua arrecadação. Dentre 2019 e 2023 a receita da prefeitura cresceu 60,2%, acima da inflação. A prefeitura poderia ter aumentado a destinação de verbas para a saúde, mas só manteve seu patamar entre 18 e 20% da receita. Isto com a pandemia de Covid matando 45.846 paulistanos até maio 2024.

Ao fazer o diagnóstico de que o principal problema da rede de saúde pública municipal é o de gestão, a prefeitura tem trilhado o caminho da privatização dos serviços.

Isso vai contra os princípios do SUS, pois para manter e aumentar a lucratividade é necessário criar obstáculos à universalidade (atendimento a todos os municípios, sem discriminação) e à integralidade (atender o indivíduo como ser humano, não como uma doença específica).

A burocracia para conseguir atendimento é o primeiro passo para restringir a população a ser atendida pela empresa terceirizada de saúde contratada pela prefeitura e assim aumentar a lucratividade. Enxergar e tratar um ser humano como apenas um coração, um olho ou um braço fraturado é mais barato e lucrativo do que procurar vê-lo como um todo, o que demanda mais profissionais e exames e diminuiria o lucro.

A quase totalidade das UBS já foi entregue para Organizações Sociais da Saúde (OSS), empresas que só visam o lucro. A qualidade do atendimento em saúde não melhorou, os indicadores são os mesmos de antes, mas a conta bancária destas empresas engordou bastante. Isto é dinheiro da classe trabalhadora indo pelo ralo. O controle social na saúde de São Paulo é pouco efetivo e as terceirizações e parcerias aumentam o espaço para as fraudes e corrupção.

Para reverter este processo aprofundado por Ricardo Nunes não basta fiscalizar o cumprimento dos contratos, como tem defendido Boulos. É preciso confrontar os capitalistas que ganham com esta situação. Nós do PSTU não temos dúvida: saúde não pode ser mercadoria.

### **Algumas de nossas propostas**

- Reverter todas as privatizações dos equipamentos de saúde. Em defesa de um SUS 100% público, estatal, de qualidade e com controle operário e popular!
- Ampliar o investimento público em Saúde rumo aos 25% da receita da Prefeitura
- Trabalharemos com a meta de chegar a 100% de cobertura da população por equipes de saúde da família.
- Tempo de espera máximo de uma semana para consultas e exames especializados!
- Prioridade para as regiões periféricas de São Paulo, onde reside a população que mais necessita do sistema público de saúde!
- Atendimento voltado para as populações com maior vulnerabilidade: trabalhadores de baixa renda, mulheres, negros e LGBTs! Restabelecimento dos serviços de aborto legal da prefeitura!

- Realização de concursos públicos para disponibilizar os profissionais necessários para um atendimento de saúde universalizado e integral. Convocação dos trabalhadores que foram aprovados nos últimos concursos e ainda não foram chamados!
- Não à precarização! Plano de Cargos, Carreira e Salários para os trabalhadores da saúde! Carga Horária de 30 horas semanais!
- Estabelecer o controle popular e operário das gestões. A população e os trabalhadores da saúde devem se organizar em conselhos com poder deliberativo, sem a interferência das chefias ou da prefeitura, para fiscalizar e propor melhorias nos serviços.
- Campanha de conscientização contra o negacionismo e de vacinação para a primeira infância até 6 anos em parques, escolas, centros culturais e nas igrejas e espaços religiosos.
- Ênfase nas campanhas de vacinação para chegar a uma cobertura vacinal adequada.
- Criação de uma oficina ortopédica municipal em convênio com a USP e a UNIFESP para desenvolvimento de próteses de alta qualidade e tecnologia para amputados, deficientes auditivos etc.
- Reduzir o tempo de espera para entrega de próteses para o máximo de 6 meses.

## 7. Educação

O município de São Paulo é uma das principais regiões industriais e comerciais do capitalismo brasileiro, sendo um forte ponto de apoio à política do capital internacional no país. Mas, para que a burguesia e o imperialismo acumulem o Capital que esperam, é preciso incorporar como força de trabalho um amplíssimo proletariado, empregado ou como exército de reserva, vindo por vezes de regiões como Nordeste, ou de outros países periféricos do planeta.

O nível de exploração e barbárie tem como consequência um barril de pólvora, que pode explodir a qualquer momento, uma situação de “equilíbrio instável”. Por isso, a educação pública é alvo de disputa e cumpre dois papéis principais. Em primeiro lugar, precisa formar uma mão-de-obra minimamente adequada para o trabalho urbano, sobretudo após a Reforma Trabalhista e o avanço das terceirizações e da uberização do trabalho pelos aplicativos. Em segundo lugar, inculcar nos filhos da classe os valores ideológicos da classe dominante, subjungando-a e servindo de “contenção” para rebeliões sociais.

Além disso, com o avanço da recolonização do país, particularmente após o governo de ultradireita de Bolsonaro, e a eleição do governo de Frente Ampla Lula-Alckmin, a educação pública tem atraído cada vez mais grupos nacionais e internacionais, interessados em parasitar a verba vinculada da pasta com as privatizações.

Tarcísio de Nunes são aliados no ataque à educação. No último período a dupla de bolsonaristas avançou na precarização do trabalho dos professores e buscaram modificações profundas no currículo (se apoiando no Novo Ensino Médio), além de ampliar a terceirização, com Tarcísio chegando ao ponto de iniciar a privatização da administração de escolas públicas através de PPPs e do escandaloso projeto de escolas cívico-militares.

A rede municipal de educação de São Paulo é a maior do país. O número de unidades foi de 3.990 escolas em 2020, para 4.125 em 2024. No mesmo período, o número de Centros de Educação Infantil Indiretos (prédios públicos entregue a Organizações Sociais) foi de 378 CEI Indiretos para 391, e de CEI'S conveniados (PPPs de creches particulares conveniadas) de 1.733 para 1.839. Como o total de CEIs diretos, EMEIs e CEMEIs é de 843, pode-se afirmar que das 3.073 unidades que atendem a educação infantil, 2.230 estão entregues à iniciativa privada, ou seja, 72,5% do segmento já está privatizado.

Assim cada dia mais a Educação Pública no município submete às condições de trabalho nas escolas e a formação de nossos alunos aos interesses e lucros de um punhado de favorecidos privados, seguindo a mesma política de privatização que vem desde o Governo Federal, com o comando das instituições privadas no MEC, e do governo Estadual que desvia milhões para plataformas digitais e quer leiloar dezenas de escolas.

Nossa campanha e nosso mandato será um ponto de apoio para unificar estudantes e trabalhadores na luta pela revogação integral do Novo Ensino Médio e da BNCC (Base Nacional Comum Curricular). O “Novo NEM”, que agora terá a assinatura do governo Lula, mantém o currículo flexível, voltado aos interesses do mercado, reduz a formação geral básica do ensino profissionalizante, restringe a oferta de ensino noturno, mantém o notório saber (que caminha junto com a precarização), o EaD e o ensino mediado por tecnologias, além de incentivar a privatização através das parcerias e permitir que trabalho seja parte da carga horária do ensino. Ou seja, a “reforma da reforma”, mantém a essência da reforma neoliberal decretada por Temer e seguirá aumentando as desigualdades educacionais entre ricos e pobres.

Só é possível assegurar as condições para a educação que precisamos, enfrentando estes interesses e colocando o controle sobre os recursos e decisões nas mãos de quem faz e usa a educação pública, por meio das Assembleias Populares.

### **Algumas de nossas propostas**

- Mais investimento na educação pública, de 25% para 30% de verba para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, equipando e reformando as escolas, com manutenção dos 6% de apoio à educação;
- Revogação do programa de escolas cívico-militares de Tarcísio e não adesão da prefeitura!
- Estatização dos grandes grupos de educação privada, com garantia de emprego aos profissionais, sob o controle dos trabalhadores;
- Fim da contratação precária de trabalhadores! Concurso público combinado com efetivação para todos os trabalhadores da rede, da limpeza à docência, inclusive das creches conveniadas.
- Incorporação dos terceirizados e terceirizadas e fim das terceirizações! O quadro completo de funcionários da educação pública deve ter, estabilidade, valorização salarial e condições de trabalho para atender às necessidades das escolas.
- Pelo arquivamento de quaisquer projetos de lei de privatização da gestão da escola. Não à criação de voucher para as escolas privadas!
- Cumprimento da obrigatoriedade do ensino de Cultura e História Africana, Afro-brasileira e Indígena. Por uma educação antirracista, aquilombar as escolas!
- Cumprimento da garantia de vaga a todos os alunos, inclusive imigrantes, do ensino infantil à educação básica, zerando a demanda de creche (CEI) com oferta direta pela rede municipal. Combate à xenofobia nas escolas, em especial contra imigrantes africanos, árabes e latino-americanos;
- Ampliação da rede de Centro de Educação Infantil (CEI) diretos rumo ao fim da privatização das creches, reestatização dos CEIs Indiretos e estabilidade a todos os trabalhadores;
- Garantia de educação sexual como forma de combate ao abuso sexual, debate de gênero e diversidade sexual;
- Ampliação do módulo de Professores de Apoio à Educação Especializada, Auxiliares de Vida Escolar e estagiários para o atendimento dos Alunos de Educação Especializada, com formação remunerada no horário de trabalho e redução de alunos nas turmas com alunos com este perfil. Defendemos atendimento aos AEEs com qualidade e condições de trabalho, basta de capacitismo!
- Ampliação da Educação de Jovens e Adultos na rede pública direta, especialmente na periferia, de acordo com os interesses das comunidades;
- Ampliar a rede de relações da escola com os profissionais da saúde, psicologia e assistência social, para a garantia do cuidado dos alunos, seu direito à infância e o combate à violência.
- Pela auto-organização independente e democrática das unidades escolares pelos trabalhadores e pela comunidade por meio de Assembleias Populares.

- Pela formação democrática de comissões da própria comunidade para elaboração de políticas educativas contra a violência nas escolas.
- Revogação integral do Novo Ensino Médio e da BNCC! Uma educação de qualidade deve ser construída em conjunto com os trabalhadores e estudantes, não com empresários e fundações privadas.
- Defendemos uma educação pública gratuita e laica, com formação integral científica, crítica e completa, voltada para o desenvolvimento intelectual, emocional, físico e cultural da classe trabalhadora, e não para o lucro e a reprodução dos interesses capitalistas.

## **8. Guerra racista não é segurança pública**

Quando pegamos a condução e ainda nem amanheceu, na hora que voltamos do serviço à noite, quando saímos para nos divertir... são muitas as ocasiões em que sentimos insegurança na nossa cidade. Ao longo dos anos, todos os prefeitos deram basicamente a mesma solução: tiro, porrada e bomba.

Deu certo? Para os ricos com certeza: eles têm toda a segurança que o dinheiro pode pagar. Mas para nós sobram enquadros abusivos, prisões forjadas, assassinatos e medo. Nas periferias, além da ação dos capitalistas do crime, a polícia é mais um fator de insegurança, especialmente para negros, indígenas e jovens.

A fim de manter o controle político e social, o militarismo é um atributo que não se limita às polícias oficialmente militares. Vejamos o caso das Guardas Municipais.

Por muito tempo, a atribuição das GCMs se limitou à proteção de bens, serviços e instalações municipais. Seus membros não poderiam, por exemplo, enquadrar e revistar alguém na rua. É fato, contudo, que no estado de São Paulo as gestões vêm paulatinamente transformando essas forças em verdadeiras Polícias Municipais. Mais do que uma mudança de nome, isto se refere à crescente militarização das Forças municipais no estado.

Na capital, a GCM conta com 7.074 agentes, sendo 5.343 homens e 1.731 mulheres. É comum ver guardas abordando nas ruas e atuando como polícia. Um marco disso foi o “liberou geral” do prefeito atual para compra de armamento pesado e de guerra para a guarda. A título de exemplo: em 2021, ano da liberação, a prefeitura comprou 11 fuzis. Em 2023, já foram 41.

O Governo Lula também deu sua contribuição para regularizar o papel de polícia das guardas no final de 2023. Ministro da Justiça à época, Flavio Dino tuitou: "Guardas municipais mais fortes e com mais segurança jurídica para atuarem na segurança pública, em defesa da sociedade". “Segurança jurídica” quer dizer: podem brincar de PM à vontade e com respaldo legal.

Aliás, o Governo Federal também contribuiu com a manutenção deste quadro geral ao sancionar a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares nos Estados. Em suma, o texto mantém o legado da ditadura civil-militar que estruturou a segurança pública nos moldes atuais. Para não confrontar o acordão de governabilidade com os militares, o PT manteve intacta esse “entulho autoritário”.

### **Confrontar a guerra às drogas para solucionar a questão das “Cracolândias”**

Recentemente, Ricardo Nunes respondeu à uma ação do Ministério Público questionando o uso de armamento pesado na região, ameaçando: “se vier pra cima, vai tomar na testa”. A orientação que essa frase expressa é basicamente a mesma há anos.

Kassab e Dória adotaram uma política com centro na repressão. Haddad realizou ações de assistência social sem interromper a atuação repressiva da GCM. Tarcísio e Nunes abriram uma guerra contra a Cracolândia provocando dispersão e, em vez de resolver o problema, geraram mais caos social.

A chamada “guerra às drogas” é um fracasso gigantesco. Seu único resultado concreto é o crescente encarceramento e morte de negros e negras. Nesse sentido, seguir tratando a questão da Cracolândia nessas bases é a receita para aprofundar problemas sociais. A maior prova disso é que hoje na capital existem mais “cracolândias”: 72 no total, distribuídas por 47 bairros, de acordo com dados oficiais.

É urgente mudar essa lógica racista. Por isso, em 1º lugar propomos tratar o tema como questão de saúde pública, fortalecendo um sistema de assistência social público, que encaminhe os dependentes químicos para tratamento, facilite a reinserção no mercado de trabalho em empregos dignos e garanta moradias adequadas. Em 2º lugar, queremos aproveitar a projeção política da capital para defender a legalização e a regulamentação das drogas. Isso significa, por exemplo, que produção e distribuição devem ser controladas pelo Estado.

Para atingir esses objetivos, a nossa gestão vai se apoiar e trabalhar em parceria com moradores, profissionais de saúde e da assistência social, assim como com movimentos e ativistas sociais que atuam na região central, particularmente com a defesa da população em situação de rua e da Cracolândia.

### **Algumas de nossas propostas**

- A GCM deve ser controlada democraticamente por comitês de bairro/regiões, compostos majoritariamente por movimentos sociais, organizações de bairro, sindicais e por representantes da Prefeitura e da Guarda.
- Ampliação do uso de câmeras corporais para todos os policiais, de todas as forças. Daremos o exemplo fazendo isso de imediato na GCM. Ao contrário do que acontece hoje a nível estadual, as imagens captadas devem ser armazenadas e geridas por órgãos civis e independentes, sem ligação com as polícias. Dessa forma, podemos garantir o direito já regulamentado pela Lei de Acesso à Informação (LAI), que garante que todo cidadão possa ter acesso às informações produzidas por órgãos públicos, ou que ao menos, instaurado o processo legal, advogados, ouvidoria e MP possam requisitar essas imagens e obtê-las de forma integral e sem edições. Além disso, temos que extinguir qualquer possibilidade de o policial editar/excluir imagens, ou de alterar a data, com a tecnologia de hoje é facilmente possível que a data das imagens seja salva diretamente pela câmera, sem necessidade de inserção humana. E qualquer policial que cometa abusos e crimes no exercício da função deve ser julgado pela justiça comum.
- Transparência dos protocolos dos agentes públicos de segurança
- Fim das operações repressivas da GCM na “Cracolândia” do centro. Através dos anos elas não contribuíram para atender à população dependente, nem combater o tráfico de drogas. Ao contrário: trazem insegurança generalizada para todos e espalham as concentrações de dependentes químicos para outras regiões da cidade.
- Nossa Prefeitura vai se articular com os movimentos sociais que atuam no local para encontrar soluções que se baseiem na oferta de moradia digna à população local, geração de vagas de emprego, fortalecimento dos CAPS para atender os frequentadores locais.
- Programa de reabilitação, qualificação e reintegração de detentos e ex-detentos ao mercado de trabalho.
- Defenderemos a legalização das drogas para enfraquecer economicamente e politicamente os capitalistas do crime.
- Fim da estrutura militar das polícias baseada na hierarquia e disciplina. Garantia de direitos de associação sindical aos soldados. Democratização da escolha dos comandantes: a população dos bairros populares e a base das Forças devem ter o direito de elegê-los.
- Reconhecer o direito à autodefesa da classe trabalhadora, baseada na organização nos bairros e locais de trabalho.
- Defender publicamente a ruptura de acordos comerciais com Israel para comprar de armas e treinamento militar em todos os níveis de governo.
- Desenvolver políticas voltadas ao combate à violência contra mulheres, LGBT+ e setores vulneráveis. Detalhamos as medidas a esse respeito em capítulo específico.

### **9. Transporte e mobilidade urbana**

O transporte de passageiros em São Paulo, assim como no Brasil, privilegia as grandes empresas. Por isso, a prioridade sempre foi o transporte rodoviário e com muito peso para o transporte individual. Isso só pode ser justificado pelo papel subordinado do Brasil ao imperialismo, em especial, o dos EUA.

Assim, seguindo as vontades das grandes petroleiras e montadoras, o principal modal de transporte adotado foi o rodoviário, mesmo sendo muito mais caro e ineficiente a longo prazo. Também é muito mais prejudicial ao meio ambiente, tanto pela utilização de combustíveis fósseis como pelo processo de impermeabilização das cidades que acarreta enchentes cada vez mais graves.

E essa lógica não mudou no país em todos os governos pós redemocratização. FHC, Lula, Dilma, Temer, Bolsonaro e novamente Lula segue o mesmo processo.

Nas prefeituras, em especial das capitais, o transporte coletivo é feito por ônibus, e se constituíram verdadeiras máfias que têm esquemas de corrupção com as prefeituras e câmaras municipais.

Em São Paulo esse processo não foi diferente. Na maior cidade do país se organizou uma máfia poderosa que utiliza esse sistema para enriquecer cada vez mais e estabelecer relações com o crime organizado como apareceram nas últimas denúncias. Também se expande para outros ramos como é o caso do grupo Ruas que agora em parceria com a CCR avança para o setor metroferroviário.

Isso faz com que a população tenha um transporte superlotado e caro para garantir o lucro dessas máfias que são milionárias e fazem parte da burguesia da cidade. Nesse caso a população da periferia, além de sofrer com o alto custo do transporte quando tem condições de arcar com esses valores, ainda gasta horas do seu dia num transporte lotado. As mulheres ainda sofrem mais com a brutalidade machista a que estão expostas nessas condições, além do assédio que acaba sendo facilitado ao agressor numa situação de superlotação. Juntando essa questão das mulheres com as periferias, encontramos as mulheres negras em uma situação ainda pior porque elas têm que utilizar as maiores viagens e nas piores condições.

Todos os prefeitos que passaram aqui nas últimas décadas, como Haddad, Doria, Covas e Nunes, só fizeram garantir cada vez mais os lucros dessas máfias ao custo de piorar a qualidade e aumento de preços para a população. A tarifa só não é maior porque as mobilizações de 2013 barraram vários aumentos posteriores.

Nunes vai seguir a mesma cartilha que já vem aplicando. Boulos já disse que não vai romper com essas empresas, assim seguirá deixando os trabalhadores reféns dessas máfias.

Para reverter esse projeto é necessário enfrentar de verdade essas máfias, as grandes montadoras, petroleiras e os países imperialistas. Isso significa colocar o transporte coletivo de ônibus a serviço da população trabalhadora e alterar seu modal principal para metroferroviário.

#### **Algumas de nossas propostas:**

- Estatização de todas as empresas de ônibus sem indenização. Colocar sobre o controle dos trabalhadores (trabalhadores do setor e passageiros) através de assembleias populares (conselhos populares).
- Passe livre todos os dias. Para garantir de verdade para todos os trabalhadores, mesmos os desempregados, a juventude o acesso a cidade e aos outros serviços públicos como educação, saúde, lazer etc;
- Investir junto com os governos estado e o governo federal para ampliação da rede metroferroviário não privatizado;
- Recontração dos antigos cobradores, que servirão como um segundo trabalhador em cada ônibus para garantir um atendimento aos passageiros;
- Garantia que na cidade de São Paulo todo trem tenha que ter obrigatoriamente um operador com cabine isolado do salão dos passageiros para garantir uma camada a mais de segurança;
- Fim das terceirizações no setor de transporte, com incorporação dos terceirizados e terceirizadas ao quadro regular de funcionários;
- Regulamentar vagões exclusivos para mulheres na cidade de São Paulo para trens e metrô;
- Garantir nas estações de trens, metrô e terminais de ônibus bicicletários. Revitalizar e ampliar as ciclovias e ciclofaixas. Ampliação da rede de Bicicletários para as Periferias da cidade;

- Aquisição de novos ônibus para transporte, inicialmente, nos bairros mais distantes, com o percurso definido pelos moradores em assembleias nos seus locais de moradia.

## **10. Habitação, direito à cidade e acessibilidade**

O problema de habitação é grave em São Paulo. Conforme dados do Censo de 2022, a cidade possui quase 5 milhões de apartamentos, sendo que quase 589 mil deles encontram-se vazios. Combinado a isso, a cidade mais rica do país possui um déficit de 400 mil moradias, e pelo menos 600 mil pessoas não têm acesso ao saneamento básico. E 55 mil paulistanos vivem em situação de rua, 25% da população em situação de rua de todo país!

Ou seja, enquanto milhares de trabalhadores vivem sem teto ou em condições precárias de habitação, bilionários ganham fortunas com a especulação imobiliária. São verdadeiros latifundiários urbanos. E a lei protege esses especuladores de todas as maneiras. Para que possa ser dada a função social do imóvel vazio, é preciso seguir um rito que demora ao menos 5 anos. Isso se a prefeitura notificar o dono dos imóveis, o que na maioria das vezes não acontece. O atual plano diretor só aprofunda os problemas, pois não possui nenhuma medida concreta para solucionar esse problema, é apenas pensado para construção de novos imóveis, para felicidade das construtoras bilionárias. O governo e especuladores bilionários trabalham juntos para piorar ainda mais as condições de vida dos trabalhadores.

Além da quantidade de trabalhadores sem teto, milhares vivem de aluguéis caríssimos. A média de valores de aluguel em São Paulo tem crescido muito acima da inflação, impactando a vida da classe trabalhadora. Conforme artigo da Agência Pública, entre 2019 e 2022 o aumento do aluguel no bairro Vila Jacuí foi de 83,34%, em São Miguel 66,47%, enquanto no mesmo período, em Pinheiros, ocorreu queda de 0,27%, e pequenos aumentos em regiões mais centrais. O valor médio do aluguel em São Paulo, segundo índice FIPEZAP de 06/2024, é de R\$ 55,01 por m<sup>2</sup>, ou seja, uma moradia de 60 m<sup>2</sup> custa em média R\$ 3.300,60.

Conforme estudo do ILAESE, um trabalhador que possui apenas ensino médio completo, que é a maioria da classe trabalhadora paulistana, possui um salário médio de R\$ 2.996,00. Sabemos que grande parte dos trabalhadores nem isso recebe, principalmente mulheres, negros e negras e LGBTIs que recebem muito menos. Mas mesmo o trabalhador que ganha o salário médio não consegue alugar um apartamento de 60 m<sup>2</sup> na maioria das regiões centrais de São Paulo. Com isso, a classe trabalhadora é empurrada para mais longe de seu local de trabalho, do lazer, para lugares com piores condições de moradia, com pior saneamento. E com as mudanças climáticas essa situação se torna mais grave, pois os trabalhadores são empurrados para ocupar locais de maiores riscos, como em várzeas de rios, encostas, e morros, ficando mais expostos.

Nessa situação imposta pela barbárie capitalista, muitos trabalhadores resistem, e ocupam terrenos e casas vazias para fazer valer seu direito de moradia. O estado faz de tudo para proteger os grandes latifundiários urbanos e ataca as ocupações, tentando despejar os trabalhadores que vivem nessa situação, usando força policial, GCM, ameaças, corte de água, e todos os subterfúgios possíveis. E ainda por cima o governo federal autorizou a privatização da Reurb, ou seja, se os trabalhadores de uma ocupação conseguem uma vitória e regularizam seus terrenos, os serviços básicos que eram garantidos pelo poder público passam a poder ser financiados pela iniciativa privada, e essa conta sobra para os trabalhadores pagarem! Uma verdadeira guerra contra o povo pobre.

Enquanto isso os programas da prefeitura para habitação e saneamento não resolvem o problema, só aprofundam. Seja entregando menos moradias populares do que a meta de moradias prevista, seja com programas de moradia voltados para socorrer as construtoras e não os trabalhadores, como o programa Pode Entrar ou mesmo apoiando a privatização dos serviços de saneamento, como a criminoso privatização da SABESP, que serve apenas para enriquecer meia dúzia de investidores.

Por isso, é preciso uma mudança completa na política habitacional de São Paulo, começando pelo controle dos trabalhadores sobre a cidade e como organizar suas vidas.

**Algumas de nossas propostas:**

- Despejo Zero! Proibir o ato de despejo, que é uma violência contra a classe trabalhadora.
- Regularizar todas as ocupações, garantindo saneamento, luz e serviços básicos, usando o Fundo Municipal de Habitação.
- Controle dos Trabalhadores do Fundo Municipal de Habitação.
- Expropriação dos imóveis usados para especulação, para dar finalidade social, e zerar o déficit habitacional.
- Combinar com a expropriação um Plano de Obras Públicas para construção de moradias necessárias para zerar o déficit habitacional.
- Construção de restaurantes coletivos, lavanderias coletivas públicas nas regiões residenciais para livrar os trabalhadores de parte do trabalho doméstico.
- A entrega de moradias deve priorizar mulheres, negros e LGBTIs, e pessoas desempregadas, com gratuidade na moradia para renda até 2 salários-mínimos e aluguel social para quem recebe de 2 a 4 salários-mínimos.
- Um novo plano diretor, formulado pelos trabalhadores, que organize a cidade pensando nos interesses da nossa classe, e levando em consideração as mudanças climáticas, garantindo a ocupação da cidade pelos trabalhadores de maneira a evitar tragédias como vistas no Rio Grande do Sul.
- Isenção de IPTU para imóveis até R\$ 300.000,00, e um valor reduzido para imóveis até R\$ 500.000,00.
- Para a construção de moradia, creches, escolas serão reformados prédios, utilizados terrenos desocupados públicos e privados serão desapropriados para fins sociais coletivos.
- A entrega das unidades deve priorizar mulheres trabalhadoras. Até 2 salários-mínimos, moradia gratuita. Aluguel social para quem recebe a partir de mais de 2 até 4 salários-mínimos.
- A prefeitura terá programas de moradia para mulheres trans e cis negras, homens negros trans, gays e cis e desempregadas/os, visando diminuir as desigualdades sociais que afetam os setores oprimidos.
- Utilização imediata de imóveis vagos e em estado de utilização para famílias com crianças que estejam em situação de rua.
- Plano de obras públicas para regularização das calçadas a fim de eliminar degraus e facilitar a mobilidade de deficientes e mães com Carrinhos de Bebês

## **11. Emprego e renda**

O desemprego é um elemento de chantagem dos capitalistas sobre toda a classe trabalhadora, inclusive a parcela empregada.

A existência de verdadeiro estoque de trabalhadores em São Paulo que, segundo o Ilaese, somou em 2022, 2.841 milhões pessoas sem emprego e um número expressivo de trabalhadores informais, é um elemento fundamental que permite o pagamento de salários baixos e a retirada de direitos.

O pleno emprego, o trabalho repartido entre todos, é uma das buscas dos revolucionários. Estimular a organização para este fim são imprescindíveis na busca do fim da exploração e opressão, na forma de trabalhar e repartir os resultados do trabalho, é a nossa tarefa.

### **Algumas de nossas propostas**

- A prefeitura será ponto de apoio a luta contra a escala 6 por 1 e pela redução da jornada de trabalho para 30h semanais, sem redução de salários, em todos os seguimentos na cidade e no país. Desde já, vamos implantar a jornada de 4 dias semanais no serviço público, com aumento do efetivo para atender a demanda.
- Concurso público para todas as áreas dos serviços públicos com base no levantamento apresentado pelos sindicatos das respectivas categorias. Efetivação para o quadro de servidores públicos, com regime e salário do

servidor público, dos trabalhadores que prestam serviços a prefeitura hoje como terceirizados, começando pela saúde e educação em todos os níveis.

Plano de obras públicas:

- Construção de moradias e ampliação dos serviços públicos: hospitais, postos de saúde, escolas e creches, casas abrigo de apoio para mulheres e LGBTI+, vítimas de violência, com toda rede de apoio profissional e de emprego.

- Realização das obras em regime de mutirão, organizado pelos desempregados, em todas as fases das obras (com assessoria técnica da engenharia ao acabamento) e acompanhado pelos movimentos de moradia.

- Construir, em parceria com os trabalhadores e os sindicatos, um plano de recomposição das perdas salariais e de direitos do funcionalismo público dos municípios. Cancelar a reforma da previdência do município e contra os projetos de reforma administrativa que retiram direitos.

- Dobrar o salário-mínimo de São Paulo, rumo ao mínimo previsto pelo DIEESE que, em abril de 2024, era de R\$ 6.912,69.

- Isenção fiscal para micro e pequenas empresas. E promover incentivos da prefeitura particularmente às pequenas empresas instaladas na periferia da cidade que contratem funcionários.

- Nenhum trabalhador é ilegal! Garantia de condições de trabalho para os ambulantes com construção de lojas e abertura de feiras.

- Estabilidade no emprego aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho com sequelas e doenças ocupacionais até a aposentadoria.

- Garantia de documentação, moradia e programa especial de emprego para os imigrantes! Reconhecimento dos certificados e diplomas estrangeiros.

## **12. Contra todas as formas de opressão**

O capitalismo é um sistema de exploração e opressão. Por isso, combater o machismo, o racismo, a LGBTIfobia e todas as opressões é uma tarefa inseparável da luta para mudar o mundo. Essa preocupação já está presente ao longo de todo o nosso programa. A seguir, queremos desenvolver mais algumas propostas para aprofundar o debate.

### **12.1. São Paulo, lugar hostil às mulheres**

Passados mais de um ano desde o fim da pandemia, os efeitos da crise sanitária e econômica ainda se fazem sentir para as mulheres trabalhadoras. Aumento da violência doméstica, da sobrecarga de cuidado, do desemprego feminino e da pobreza, além de maior dificuldade de acesso aos direitos sexuais e reprodutivo, essas foram as consequências para as mulheres, situação que longe de melhorar segue se aprofundando. As mulheres negras são as principais vítimas. A combinação da exploração com a opressão machista e racista, fazem com que todas as mazelas do sistema capitalista recaiam com maior peso sobre os ombros da mulher negra. Assim como recaem também sobre as imigrantes, as LGBTIs trabalhadoras, as indígenas etc.

Viver em São Paulo está cada dia mais perigoso para mulheres e meninas. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2023 o Estado apresentou o maior aumento de tentativas de assassinatos de mulheres do país. A taxa de feminicídio cresceu 13,3%, vitimando 221 mulheres, 38 delas na capital. Também houve aumento das ameaças (51,6%), lesões corporais decorrentes de violência doméstica (18%), importunação sexual (122,2%), perseguição (49,6%), exploração sexual de crianças e adolescentes (57,6%) e violência sexual (13,6%). Foram 14.514 estupros notificados em 2023, mais de 20% na capital. Ou seja, 40 mulheres/meninas são estupradas por dia em SP, (2 por hora), sendo cerca de 10 destes estupros cometidos na cidade de São Paulo.

E o pior é que esses índices vêm crescendo, nos primeiros 6 meses de 2024 já foram 24 vítimas de feminicídio na cidade (60% mais em relação ao mesmo período de 2023), além de 107 tentativas de assassinato, um

aumento de mais de 200%. Mais de 60% das vítimas de feminicídio são negras, têm entre 18 e 44 anos, e foram mortas em casa por seus companheiros ou ex-parceiros (8 em cada 10). Quanto aos estupros, 70% são meninas e mulheres vulneráveis, a maioria negras, sendo que em 90% dos casos, os agressores são familiares ou pessoas conhecidas.

A violência contra a mulher é expressão da barbárie capitalista e da incapacidade desse sistema em pôr fim ao machismo e garantir igualdade para as mulheres. Mas é também consequência do descaso dos governos com a vida das mulheres. A Lei Maria da Penha, após 18 anos de existência ainda não é aplicada de forma efetiva por falta de investimentos. Há um reconhecimento geral de um “fenômeno” ou “epidemia” de violência à mulher, contudo, poucas são as menções sobre a cumplicidade de governos e prefeitos pela ausência do Estado no combate à violência doméstica e familiar, pela falta de vontade política para aprimorar a estrutura de enfrentamento à violência e ao machismo, pelos cortes sistemáticos de verbas de amparo às vítimas como fatores objetivos para o aumento desses índices, favorecendo a impunidade dos agressores e a irradiação da cultura do estupro e do submetimento das mulheres e crianças ao machismo.

Hoje no Estado há apenas 140 delegacias de defesa da mulher, mas só 11 com funcionamento 24h. Na capital são 9 delegacias especializadas e apenas 7 de funcionam em tempo integral, além de 25 “Casas da Mulher” e “Centros de Defesa e de Convivência da Mulher (CDCM)” espalhadas pela cidade. Ou seja, é absolutamente insuficiente a rede de proteção e combate à violência existente na cidade para a realidade que se apresenta.

A hostilidade se expressa também em outros terrenos, como na falta de estrutura e serviços como lavanderias públicas e restaurantes comunitários, que possam contribuir na redução da dupla jornada que sofrem as mulheres trabalhadoras. Além disso, desde dezembro de 2023, a prefeitura de Ricardo Nunes acabou com o atendimento de mulheres que precisam realizar aborto legal no Hospital da Vila Nova Cachoeirinha. Há atendimentos desse tipo em outras unidades da rede pública, mas somente nessa da zona norte não se exigia limite de idade gestacional. Em um momento em que os movimentos sociais derrotaram o PL 1904 (PL do estupro), é fundamental intensificar a luta pela garantia e ampliação do direito ao aborto legal, seguro e gratuito, no nosso país.

No mercado de trabalho também as mulheres ainda precisam lutar por direitos elementares, como desenvolvemos no capítulo referente ao emprego. Nesta seção apresentamos as propostas relacionadas à licença maternidade e parental.

#### **Algumas de nossas propostas:**

- Pelo fim da violência machista: Implementação de uma ampla campanha contra a violência, a desigualdade e o machismo, nas escolas, na mídia, locais de trabalho. Aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio. Ampliação da rede de enfrentamento à violência contra a mulher: delegacias especializadas com funcionamento 24h, com fácil acesso para as mulheres, centros de referência e casas abrigo para as mulheres vítimas e seus filhos. Política de geração de emprego para mulheres vítimas de violência. Punição aos agressores.
- Não à dupla jornada das mulheres. Pela socialização do trabalho doméstico: construção de restaurantes e lavanderias públicas, creches e escolas em tempo integral para todos os filhos e filhas da classe trabalhadoras, centros de lazer e convivência de idosos, bem como de serviços de apoio para todas e todos que necessitam de cuidados especiais.
- Emprego e renda para todas as mulheres trabalhadoras: salário igual para trabalho igual; licença parental remunerada de 2 ano com estabilidade no emprego; auxílio-maternidade para todas as mães, incluindo informais, pequenas empreendedoras e desempregadas; extensão de direitos previdenciários para as trabalhadoras informais e donas-de-casa.
- Melhoria da cobertura e da qualidade da assistência pré-natal, com consultas e exames na época adequada para todas as mulheres, acompanhamento médico, odontológico, nutricional e de enfermagem; construção e

abertura de maternidades nos bairros da periferia com estrutura adequada, médicos e profissionais capacitados para o atendimento humanizado das gestantes e parturientes.

- Implementação de um programa de atenção integral à saúde da mulher com acompanhamento qualificado em todas as fases, ciclos e situações de vida da mulher.
- Campanha de prevenção à gravidez indesejada, e de planejamento familiar, com a oferta de métodos contraceptivos gratuito de acordo com as necessidades das mulheres nas unidades de saúde, sem burocracia, acompanhada de medidas de educação sexual e sem preconceitos, inclusive nas escolas. Distribuição de pílula do dia seguinte em todas as UBSs de forma obrigatória.
- Reestabelecimento imediato do serviço de aborto legal no Hospital da Vila Nova Cachoeirinha; ampliação da rede municipal de aborto legal, sem burocracia. Fim das perseguições aos profissionais de saúde que realizam o aborto legal. Defendemos ainda a descriminalização e legalização do aborto para que todas as mulheres que assim o desejarem, possam realizar o procedimento de forma segura e gratuita, pelo SUS.
- Extensão da rede de creches públicas com estatização da rede conveniada. Creches públicas, gratuitas e de qualidade.
- Garantia da Lei de amamentação fiscalizadas por agentes de saúde municipal nas pequenas, médias e grandes empresas;
- Para as Médias e Grandes empresas: garantia da obrigatoriedade de espaços para permanência dos bebês com cuidados profissionais e para as mães durante a amamentação;

## **12.2. Luta das LGBTI+**

São Paulo lidera o ranking de violência LGBTIfóbica no Brasil, com aumento de 970% nos registros nos últimos 15 anos, como aponta o Instituto Polis, e 27 assassinatos ano passado, a maioria deles marcados por brutalidade extrema, esfaqueamentos, morte por espancamento, evidenciando a animalização pela qual passam as LGBTI+.

A violência é também institucional, à medida que as LGBTI+ pobres e periféricas são marginalizadas do acesso à saúde pública, moradia decente e quando conseguem um emprego – para as trans muitas vezes a prostituição é a única alternativa – são nos postos precarizados e sem direitos.

### **Algumas de nossas propostas:**

- Educação sexual nas escolas municipais, que ajude a combater a opressão nas escolas e a evasão escolar de LGBTI+
- Cotas trans no serviço público e apoio a luta pelas cotas trans nas universidades e escolas técnicas.
- Construção de casas abrigo para vítimas de violência e expulsas de casa
- Instalar através do SUS o Programa Saúde para todes nos hospitais e UBS municipais:
  - Garantia da cirurgia de redesignação de gênero e ampliação dos serviços ambulatoriais para acompanhamento da terapia hormonal.
  - Democratização do acesso à terapia antirretroviral
  - Atendimento específico à saúde mental das LGBT+ com tratamento psiquiátrico e de prevenção ao suicídio.

## **12.3. Luta dos negros e negras**

Na cidade de São Paulo, segundo IBGE (2022), existem 5 milhões de negros. Para se ter uma ideia, no censo de 2000 o número era de aproximadamente 3 milhões, e em 2010, 4 milhões.

Esse crescimento vem atrelado à diminuição da população branca, fruto da conscientização dos negros que antes se denominavam brancos e vêm mudando a compreensão de sua identidade. Na realidade, é muito

provável que esses números sejam ainda maiores, considerando que o racismo continua incidindo sobre o processo de autodeclaração – o que aponta para a necessidade de ampliar a conscientização.

Ao longo de todo este programa, já exploramos várias facetas da luta contra o racismo que atinge a população negra. Todos os pontos elencados buscam trazer esse elemento e, sendo assim, nesta seção só queremos reforçar que a história do nosso povo é de muito trabalho sem compensação. Durante quase quatro séculos foram de trabalho escravizado. Ao saírem das senzalas, das fazendas, quando da abolição oficial foi sem nenhuma reparação: sem trabalho, sem terra, sem moradia. Concorrendo em condições desiguais no mercado de trabalho livre, juridicamente iguais aos demais trabalhadores brancos, e de fato, desiguais pela ideologia racista. A liberdade só foi conhecida e exercida nos quilombos. No entanto, atualmente, os quilombos expressam a degradação das condições de vida, que a burguesia no passado e no presente reservam aos negros e negras do país.

A burguesia sabe que se não nos controlar com muito terror estatal, vamos nos levantar por nossos direitos, que nada mais é do que a reparação que nos é devida pelo Estado e por essa burguesia que enriqueceu com o trabalho pelo qual ela nunca pagou.

São Paulo escancara o resultado do trabalho roubado dos negros e negras, que encontram-se expropriados sujeitos a morarem nas ocupações, que via de regra são expulsos violentamente pelo Estado em nome da proteção ao propriedade privada burguesa, que outrora expropriou dos povos originários, os indígenas. E para conter essa população, investe na repressão pesada nas comunidades, favelas e ocupações. Além de negar as condições básicas de vida com dignidade. Esse povo esquecido e ignorado só são vistos pelas suas tragédias: nas enchentes, nos desabamentos, nos incêndios, nas chacinas e nas revoltas. Porque também lutam muito.

Que os de cima não tenham dúvida: faremos Palmares de novo!

#### **12.4. Luta dos indígenas**

O Brasil é território indígena, mas as 305 etnias reconhecidas oficialmente têm que seguir o combate de séculos contra a sede de lucro dos poderosos. Após anos terríveis sob Jair Bolsonaro, o movimento indígena vem denunciando sua frustração com as medidas adotadas pelo governo Lula-Alckmin, em especial no tocante à sua principal demanda: as demarcações territoriais.

Neste momento, o principal ataque em curso é a Lei 14.701/23, do Marco Temporal. Promulgada pelo Congresso Nacional e sancionada por Lula com vetos que não mudaram seu caráter racista e violento, ela parte da falsa tese de que os direitos sobre os territórios só devem ser reconhecidos aos povos que já os estivessem ocupando em 5 de outubro de 1988, data de publicação da Constituição Federal.

Trata-se de uma narrativa cínica porque oculta o fato de que, se determinado povo não estava naquele momento em um território reivindicado, é porque há uma guerra dos ruralistas para roubar essas terras. É a legalização do assalto a territórios ancestrais. Para piorar, o Ministério dos Povos Indígenas não tem poder e recursos para reverter este quadro.

O apagamento da história indígena em nosso estado pode fazer muitos pensarem que o assunto não tem nada a ver com a cidade de São Paulo. Mas a capital também é território indígena e foi construída como um símbolo de poder político e econômico contra nossa gente.

Segundo o CIMI, há na capital as Terras Indígenas (TI) Guarani do Jaraguá, (TI) Jaraguá, Tenondé Porã, Mboi Mirim e Krukutu. Apesar de estarem em diferentes estágios da luta territorial, fato é que todas são pontos de resistência (do povo Guarani.). Isso sem contar outras etnias indígenas que vivem na cidade, como os Pankararu que transformaram o bairro do Real Parque também em polo de resistência.

Tomemos um exemplo. No Jaraguá, onde inclusive se localiza a Tekoa Ytu, menor aldeia do Brasil, (cuja dimensão é de 1,76 hectares), os Guarani lutam desde 2020 contra a construtora Tenda. Conforme determinação do IBAMA, é necessária consulta prévia aos indígenas quando se trata de obra em um raio de 8 Km da TI. Não só isso não feito, como a empresa continua invadindo a região e destruindo o meio ambiente.

O Marco Temporal amplia o risco à existência dessas comunidades. Será possível, por exemplo, implementar obras de infraestrutura sem consulta prévia a esses povos.

Segundo o relatório do CIMI, Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, com dados de 2023, é no Sudeste e, especialmente em São Paulo, onde vive a maioria dos indígenas em situação de rua. Das 459 pessoas nessa condição no país todo, 110 foram identificadas na capital. É necessário dar atenção a essa parcela da população, considerando suas raízes culturais e necessidades específicas, de modo a tirá-la dessa condição totalmente insegura.

#### **Defendemos:**

- Todo apoio à luta dos Guarani do Jaraguá, Tenondé Porã, Krukutu e Mboi Mirim!
- Não ao Marco Temporal: revogação da Lei 14.701/23!
- Demarcação, homologação, proteção e sustentabilidade dos territórios indígenas!
- Políticas específicas devem ser formuladas para garantir moradia e renda para os indígenas em situação de rua!

#### **13. Na cidade dos bilionários, até os problemas ambientais são desiguais**

A urbanização desordenada de São Paulo, guiada pela acumulação de capital, criou uma cidade desigual e com vários problemas ambientais. As mudanças climáticas agravam riscos como enchentes, deslizamentos e ondas de calor. A catástrofe no Rio Grande do Sul ilustra o descaso dos governos e a conivência com grandes empresas destruidoras do meio ambiente.

Projeções indicam que até 2040 a temperatura em São Paulo aumentará entre 0,5 °C e 1 °C, e a intensidade das chuvas crescerá entre 5% a 10%, agravando problemas que já são recorrentes na cidade como inundações e deslizamentos. Por outro lado, a poluição do ar, principalmente devido à queima de combustíveis fósseis, é responsável por milhares de mortes anuais na cidade. A falta de infraestrutura e serviços de transporte público afeta a qualidade de vida dos habitantes das periferias, aumentando as desigualdades sociais e ambientais. Não por acaso, as áreas que mais sofrem com as enchentes têm maior porcentagem de população negra.

A gestão de Ricardo Nunes é irresponsável e conivente com as grandes empresas poluidoras, ao ponto de a revisão do Plano Diretor flexibilizar a proteção ambiental. É urgente um plano de adaptação e mitigação que responda aos principais problemas e enfrente os bilionários que são os principais responsáveis pelos problemas ambientais da cidade.

#### **Algumas de nossas propostas**

- Os capitalistas destroem o ambiente! Basta de permissividade com as empresas poluentes! Expropriação sem indenização das grandes empresas que descumprem a legislação ambiental!
- Revogação de todos os pontos de flexibilização da legislação ambiental.
- Criar uma empresa pública, sob controle dos trabalhadores, para a construção de infraestrutura de prevenção a desastres.
- Chega da população negra e pobre sofrer com as enchentes! Garantia de habitação digna para todos!
- Reverter a privatização da Sabesp, universalizando a coleta e tratamento do esgoto e a oferta de água com qualidade e regularidade em toda a cidade.
- Aumentar o número de parques equilibrando a distribuição das áreas verdes por todas as regiões da cidade. Estabelecer que a gestão das áreas verdes é realizada por representantes da população.
- Impor medidas efetivas de redução dos gases de efeito estufa! Ampliar as redes de transporte público, priorizando o deslocamento sob trilhos! Pressionar pela reestatização da Enel! Criar um plano de transição energética para as energias renováveis!

- Aumentar a reciclagem ampliando a coleta seletiva em todos os bairros da cidade e em parceria com os catadores. Melhorando a capacidade das centrais de triagem e sua integração. Estatizar as empresas dos serviços de lixo tornando-o 100% público.
- Tornar a cidade mais igualitária na distribuição de trabalho e moradia para reduzir deslocamentos! Incentivar modos ativos de deslocamento, como caminhada e bicicleta.
- Ampliar e reforçar o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES, órgão referente à preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, construído e do trabalho, incorporando a população, retirando a representação das empresas que lucram com a população e fortalecendo o seu poder de deliberação.
- Apoiar a agroecologia, hortas urbanas e a produção de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos, incluindo na merenda escolar. Fomentar a agricultura urbana e periurbana para produzir alimentos agroecológicos e orgânicos, permitindo a distribuição de alimentos para a população em situação de insegurança alimentar.
- Incentivo à pesquisa, à redução das emissões de poluentes atmosféricos, e criação de projetos de monitoramento da qualidade do ar.

#### 14. Juventude

Embora se diga que São Paulo é a terra das oportunidades, da cultura, emprego e pluralidade, a verdade é que a cidade age como uma máquina de moer gente, passando por cima de tudo e todos. Para quem é jovem, isso significa experienciar uma cidade que, por um lado, diz que basta a gente se esforçar, que aqui é a terra em que tudo pode dar certo. Mas por outro lado, a desigualdade social é gigante e a vida que levam os jovens pobres e trabalhadores é muito diferente da que levam os jovens bilionários e filhos dos ricos.

Para eles, escolas com as mensalidades mais caras do país, motoristas em carros luxuosos blindados e helicópteros, shoppings, shows, eventos caríssimos. Esses jovens podem viver sua juventude, tendo o tempo suficiente que cada um precisar para se descobrir na vida, viagens e intercâmbios para morar na Europa e Estados Unidos. Moram nos bairros mais chiques, de Higienópolis a Moema. Bairros em que a polícia é amiga da vizinhança. Ou ainda, moram afastados, como em Alphaville, por motivos de “segurança”, que nada mais é do que uma tentativa de fugir da miséria que os próprios burgueses causaram na cidade.

A vida da juventude trabalhadora é muito diferente. A batalha já começa cedo, acordando quase de madrugada para encarar os ônibus, trens e metrô. Os jovens estão concentrados nas regiões mais periféricas de São Paulo, como Parelheiros e Cidade Tiradentes, que tem quase 50% da sua população composta por jovens de até 29 anos. Também no Grajaú, Brasilândia, Iguatemi, Perus, Lajeado, Jardim Ângela, e vários outros bairros da Zona Sul e Zona Leste. Nesses lugares, a maior parte da população é negra, e inclusive a idade média de vida é menor.

Não é por acaso que justamente nessas regiões a polícia é mais letal. O batalhão da PM que cobre a Brasilândia, por exemplo, é o 5º com o maior número de mortes por policiais militares em serviço. O exemplo mais recente foi de Matheus Menezes, que teve seu pescoço cortado pela ponta de um fuzil.

Sob o mito da guerra às drogas e ao tráfico, para supostamente garantir a segurança na cidade, a mando do Estado e dos governos a polícia faz tombarem jovens. O que se trava, na verdade, é uma guerra racista contra os pobres e negros. Por isso a cultura periférica não é considerada arte, e a polícia tem passe-livre para fazer o que fez no baile da DZ7, em Paraisópolis. A “pluralidade” de São Paulo não abarca o funk, o hip-hop e a juventude negra. É essa mesma guerra contra os trabalhadores que faz com que a criminalização da maconha e das drogas sirva como desculpa para violentar e encarcerar jovens pobres, enquanto deixa livres os jovens ricos que vendem e consomem drogas.

Existem duas cidades diferentes, e o mito de que basta se esforçar para subir de vida não passa de uma ideologia para incitar a concorrência e individualidade entre nós. Se fosse verdade, como daria para explicar esse fosso de desigualdade social e racial nas regiões e bairros da cidade? Supostamente, os quase 50% de jovens de toda CT, por exemplo, foram todos preguiçosos e vagabundos, enquanto os jovens do Itaim Bibi todos

se esforçaram? Como explicar que todos os jovens batalhadores, que lutam para aprender e estudar em escolas caindo aos pedaços, e que lutam no mercado ao se enfrentar com o desemprego e com os “tramos” informais, não tiveram melhores oportunidades como fruto do seu esforço?

Em São Paulo, além de salas de aula fechando, e escolas sendo militarizadas, os jovens também se enfrentam com o grave problema da evasão escolar. A maior parte dos jovens abandona os estudos porque precisa ajudar em casa e buscar emprego. É claro que aqui as mulheres, LGBTQs e negros sofrem mais. Só que, quando vão ao mercado de trabalho, o que encontram são os empregos precários, como telemarketing e entregador de Ifood. Numa São Paulo cada vez mais desindustrializada, o projeto de educação é formar uma mão-de-obra que tenha menos acesso ao conhecimento, sendo apenas necessário um mínimo de formação para dar conta de trabalhar no setor de comércio e serviços, que são os maiores ramos de trabalho na cidade.

Com uma vida alucinante assim, em que sair de casa é uma batalha, trabalhar e estudar também, ter lazer é proibido, e nossa mera existência significa que somos alvo, e ainda com as ideologias capitalistas de meritocracia nos cercando por todos os lados em um capitalismo cada vez mais decadente e brutal, a consequência é um adoecimento mental gigante. Os jovens estão todos adoecidos, ansiosos, deprimidos, com fobia social e dificuldade de sair de casa. Mas esse adoecimento é tratado como tabu, como mais uma vez preguiça, e não tem atendimento psicológico e psiquiátrico suficiente para todos. Queremos mudar essa realidade!

## 15. Internacional

O caráter globalizado da exploração e opressão capitalistas torna necessário um posicionamento operário internacionalista nestas eleições municipais.

Chamamos a atenção para dois genocídios em curso neste momento.

Na Ucrânia, o governo russo invadiu o país sob a falsa alegação que "a Ucrânia foi uma invenção de Lênin e dos bolcheviques" e de que seu governo é nazista. O verdadeiro objetivo do presidente russo, Vladimir Putin, é roubar as terras e as riquezas da Ucrânia para reconstruir o nefasto império czarista. Para isso, Putin tomou 20% do território ucraniano e bombardeia as cidades ucranianas e sua infraestrutura de energia para obrigar a população a fugir.

As forças de extrema direita e neonazista como a AfD alemã apoiam Putin. Infelizmente uma parte das forças de esquerda também. O PSTU se opôs à agressão russa desde o primeiro momento, e se posiciona ao lado da resistência operária ucraniana para derrotar Putin e expulsar as tropas russas de todo o país.

Na Palestina ocupada, o Estado de Israel destruiu 70% de todas as edificações na Faixa de Gaza, incluindo hospitais e escolas, além de assassinar mais de 39 mil palestinos em Gaza e na Cisjordânia.

O Estado de Israel conta com o apoio direto do imperialismo estadunidense e europeu, e indireto dos imperialismos russo e chinês.

A classe trabalhadora palestina conta com a solidariedade internacional vinda da classe trabalhadora e da juventude de todo o mundo, incluindo dos países árabes.

Nestas eleições, o atual prefeito Ricardo Nunes apoia o genocídio do povo palestino. O principal candidato opositor, Guilherme Boulos, se recusa a se posicionar a favor ou contra o Estado de Israel, e incluiu um apoiador do Estado de Israel, Daniel Annenberg, em sua equipe de programa de governo.

O PSTU apoia incondicionalmente a luta palestina pelo cessar-fogo e pelo fim da ocupação israelense. O PSTU entende que não haverá paz no Oriente Médio enquanto existir o Estado de Israel. Por isso defendemos o fim do Estado de Israel, e uma Palestina livre do rio ao mar.

O PSTU integra as campanhas de solidariedade à Palestina que exigem do presidente Lula a ruptura das relações econômicas, diplomáticas e militares com o Estado de Israel e com as empresas e instituições israelenses.

Em São Paulo, defendemos a ruptura de todos os acordos, convênios e contratos entre a prefeitura e o Estado de Israel e suas empresas.

#### **16. Contra a barbárie capitalista, a saída é revolucionária e socialista**

O PSTU não é mais um desses partidos que aparecem nas eleições somente para pedir votos. Nossas campanhas são a continuidade da nossa ação permanente para levar a classe trabalhadora ao poder.

Não temos políticos profissionais nos moldes das grandes agremiações. Nossas candidaturas são de trabalhadores e trabalhadoras comuns, que enfrentam duras jornadas no serviço, pegam transporte público lotado e vivem na periferia. Metroviários, professores e estudantes, que se dispõem a doar seu tempo para representar o projeto coletivo de acabar com o capitalismo.

Temos enorme orgulho de estar conectados a trabalhadores de todo o mundo através da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI). Essa união de forças é decisiva para responder à altura a um sistema que, por natureza, não reconhece fronteiras para explorar e oprimir nossos irmãos e irmãs de classe.

Sempre ligados às lutas dos setores mais oprimidos e explorados da classe trabalhadora, acreditamos que o combate ao machismo, ao racismo, à LGBTifobia, à xenofobia e todas as formas de opressão é parte fundamental da luta pelo socialismo desde já.

Seguindo um caminho completamente diferente do PT e do PSOL, defendemos o socialismo e a revolução como os únicos meios realistas para resolver cada problema sério do nosso povo. Com os pés bem firmes no presente, olhamos para o futuro.

Queremos seu apoio nas eleições. Mas nossa luta não cabe nas urnas, nem pode se dar só de 4 em 4 anos. Por essa razão, chamamos você a construir cotidianamente uma alternativa socialista e revolucionária para enfrentar os grandes capitalistas, rumo a uma sociedade sem classes, uma sociedade socialista.

Se você se interessou pelo nosso programa, converse com quem lhe passou essa cartilha ou entre em contato por nossas redes e contato no whatsapp para conhecer o nosso partido.